



Volume I, número 2, jul-dez, 2020, pág.104-119.

SAÚDE E EMPODERAMENTO SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS

Denise Machado Duran Gutierrez

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

RESUMO

No presente ensaio desenvolvemos uma discussão teórica crítica sobre o conceito e os processos de empoderamento a partir de diversas leituras das ciências sociais e da saúde coletiva. Problematizamos sua concepção, aplicações, implicações e possibilidades para o campo das intervenções psicossociais em saúde. Colocamos em destaque as perspectivas epistemológicas e metodológicas que fundamentam esse tão importante e largamente utilizado referencial teórico. A conclusão demonstra a necessidade da promoção de um sistema educacional formal e informal que promova o desenvolvimento da consciência cidadã, onde a participação e a intervenção na dinâmica das decisões que afetam o bem viver e a saúde de todos seja uma realidade e uma política pública efetiva que promova o empoderamento do cidadão como soberano.

Palavras-chave: Empoderamento; Saúde; Cidadania; Consciência cidadã.

HEALTH AND SOCIAL EMPOWERING: THEORETICAL REFLECTIONS

ABSTRACT

In this rehearsal we developed a theoretical discussion about the concepts and the empowering process from a variety of social science publication and from the collective health. We problematize its conception, applications, implications and possibilities to the field of psychosocial interventions in health care. We put in highlight the epistemological and methodological perspectives that substantiate this important and widely used theoretical reference. The conclusion shows the necessity of the rise of a formal and informal educational system that promotes the development of citizen awareness, where the participation and the intervention in the dynamic of the decisions that affects the well-being and health of all are a reality and an effective public policy that promotes the empowering of the citizenship as sovereign.

Keywords: empowering; health; citizenship; citizen awareness.



INTRODUÇÃO

Para refletir sobre *empoderamento social* é preciso que primeiro contextualizemos a sociedade a que nos referimos em nossa análise. Vivemos em uma sociedade marcada pelo incremento do *individualismo* e arrefecimento das formas coletivas de vida social. O que implicou no atual contexto de alienação pessoal e perda da identidade de humanidade, sentido da vida humana, solidariedade e bem viver. Historicamente o contexto social em que o individualismo emerge é caracterizado pela inflexão que ocorreu do coletivo, e suas formas de sociabilidade e organização mais comunitárias, características do mundo pré-industrial, para o contexto social da vida urbana moderna do mundo industrial, em que a ideia de que o importante é o indivíduo, sua subjetividade, capacidade de trabalho, competitividade e produção impera. Ela adicionalmente gera a falsa impressão – portanto de função ideológica – de que tudo depende do indivíduo para seu sucesso, bem estar e felicidade. Isso, sem dúvida, caracteriza o individualismo forjado pela filosofia capitalista. Nesse quadro de relações centradas no indivíduo, as formas de organização social perdem cada vez mais importância e os grupos em que esse ideal de homem produtivo não consegue ser plenamente realizado são submetidos a um intenso processo de exclusão e segregação social.

Paralelamente, acontece a fragmentação e especialização da ciência e de suas disciplinas, voltadas para prover meios, através do desenvolvimento do conhecimento e de tecnologias adequadas, para que as atividades industriais aconteçam com eficiência. A ideologia capitalista, voltada ao consumo como valor central, sustenta a exclusão simbólica e material daqueles que não têm acesso aos bens de consumo, reafirmando assim esses mesmos bens como um valor para todos. Lembramos que a economia pode existir sem o capital financeiro pois trata da ciência que supre as necessidades da sociedade e a sociedade necessariamente pode ser produtiva e suprir suas necessidades com o trabalho e divisão de bens sem necessariamente existir o capital financeiro. Sociedade de trocas como nos primórdios da família humana. O atual modelo apresenta fragilidades que excluem grande parte dos habitantes do Planeta o que pode ser revisto uma vez que todo fenômeno pode ter diversas interpretações e os diferentes problemas diferentes e diversas soluções.



Ao nível das macroestruturas nos deparamos com a *globalização*, o sistema de internacionalização do mundo do trabalho, acompanhado pela perda dos poderes de organização dos sindicatos e outras formas organizativas da sociedade civil que estiveram mais ativos em tempos iniciais do capitalismo industrial. O que afronta a soberania dos países e a vontade soberana dos habitantes de diferentes nações que se vêm forçados a adotarem padrões globais em detrimento da valorização de saberes e culturas locais. Atualmente a volatilidade do capital, que não deixa tempo para sequer o esboço de qualquer reação diante de ações arbitrárias das grandes corporações, torna a ação sindical obsoleta e de pouco significado no campo das negociações trabalhistas. De outro lado as *Organizações Não Governamentais* (ONGs) em seu início significaram uma nova forma para a sociedade civil participar e organizar-se livremente, porém no decurso do tempo passam a ser infiltradas pelos poderes de dominação do capital, de modo que se sua ação transformadora fica neutralizada, bem como sua força reivindicadora. Urge humanizar a atividade econômica em prol do bem viver de todos e não apenas o bem estar de poucos.

Para agravar o quadro de precariedade no campo das possibilidades de reivindicação e força de organização para o exercício da pressão política, a forma histórica com que emergiram no Brasil os direitos: políticos, sociais e civis nessa ordem no tempo e em importância, deixa ver a fragilidade conferida ao sentimento democrático e a falta de respeito aos direitos cidadãos configurando aquilo que Carvalho (2002) denomina de *democracia inconclusa*. O autor analisa o percurso do desenvolvimento dos direitos no Brasil e constata uma inversão em relação aos modelos das principais democracias no mundo. Quando nas grandes democracias se viu o reconhecimento dos direitos civis como primeiro a se consolidar e servir de base para a emergência dos demais; aqui no Brasil houve o reconhecimento histórico primeiro dos direitos políticos, seguidos pelos sociais e finalmente, e muito relutantemente, dos direitos civis, e estes ainda incompletos, até bem recentemente. Exatamente por causa desse quadro de iniquidades sociais tão patentes no Brasil é que se torna fundamental pensar em processos de empoderamento da população. Como poderá ser efetivado esse processo de empoderamento da consciência de direitos, deveres, liberdades e responsabilidades foram do ambiente escolar responsável e crítico?



Ao nível das identidades nos deparamos com o fato que *“Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do Self: de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc.”* (WARREN, 2006, p.115).

O conceito de empoderamento

Guzmán e Albert (2006) referem que a origem do termo ‘empoderamento’ está no conjunto do pensamento feminista inserido no ideário das Políticas Públicas pelas Nações Unidas no Programa para o Desenvolvimento Humano. No original aparece em inglês *Empowerment*; e depois é traduzido por diversas expressões: potencialização, capacitação, revalorização, habilitação. Em todos os casos vem associado à ideia de recuperação de força e poder para que alguém ou um grupo possa desenvolver suas capacidades e competências em plenitude, sentindo-se e sendo valorizado. Os autores enfatizam ainda a importância do aspecto ecológico e do respeito à cultura de diferentes grupos sociais quando afirmam: *“O empoderamento consistirá em realizar políticas em que os próprios seres humanos e coletivos possam exercer seus poderes, capacidades e competências a partir de suas culturas, saberes, valores e crenças em interação com as de outros e outras, formando parte da terra”* (p.31).

O conceito se vincula na área da psicologia às perspectivas libertárias e críticas em psicologia social/comunitária e na área da saúde ao campo da saúde coletiva. Nesta se apresenta como conceito central dentro do quadro da Promoção à Saúde, a qual vem desenvolvendo e introduzindo novos conceitos e ideias sobre concepções de saúde em busca de um ideário de vida saudável. Vários autores se dedicam a refletir sobre o valor do empoderamento enquanto instrumento técnico e conceitual teórico com potencial para orientar práticas libertadoras e transformadoras da realidade (MEIS, 2011, LEFEVRE & LEFEVRE, 2004).

Em Paulo Freire (2004) o conceito destaca a posição epistemológica que compreende os indivíduos e grupos sociais como elementos ativos, em constante



interação com seus meios sociais e capazes de refletir sobre sua realidade e promover mudanças importantes para si mesmos.

Stotz e Araújo (2004) esclarecem que a abordagem do *empoderamento* “... é uma abordagem voltada para melhorar a situação e a posição dos grupos mais vulneráveis: diz respeito ao abuso de crianças, trabalho infantil, gravidez precoce, discriminações de gênero, transmissão e prevenção HIV/AIDS, discriminações racial e étnica, autocuidado de pacientes crônicos, adolescentes em situação de risco, e, genericamente, de comunidades pobres” (p.13). Entendem ainda que o conceito é permeado pelo paradoxo de que grupos sociais que dispõem de poder possam possibilitar sua redistribuição entre todos os cidadãos. O papel dos interventores seria assim, não o de validar a experiência de grupos poderosos, mas descobrir através da ação coletiva novas habilidades e competências dos grupos desprovidos de poder. Destacam ainda que empoderar exige a construção de consenso e pactuação política. Nesse sentido os interventores sociais atuariam como mediadores entre grupos excluídos e grupos poderosos.

Pereira (2006) destaca o *empoderamento* como força e ação coletiva exercida por sujeitos em posição de tomada de decisão. Não se trata apenas de uma ampliação da consciência individual, mas sim de uma consciência coletiva e abrangente que percebe e entende as diversas codeterminações presentes nas redes complexas de relações que dão fundamento à sociedade, sua economia e política.

Andrade e Vaitsman (2002) afirmam que “*O conceito de empowerment tem sido examinado em diversas disciplinas e campos profissionais, recebendo larga variedade de definições e cobrindo diferentes dimensões: individual, organizacional e comunitário (...). O empowerment, como processo e resultado, é visto como emergindo em um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade social e pessoal e possibilitando a transformação de relações de poder. No nível individual, refere-se à habilidade das pessoas em ganhar conhecimento e controle sobre forças pessoais, sociais, econômicas e políticas para agir na direção da melhoria de sua situação de vida*” (p.928).



Já Vasconcellos e Vasconcellos (2009) discutem a importância da ‘parceria’ como estratégia efetiva para o desenvolvimento local em áreas historicamente marcadas por conflito entre instâncias governamentais e organizações sociais. Nesse estudo os autores entendem parceria como um mecanismo de divisão de poder e empoderamento das pessoas que têm sido excluídas do processo de tomada de decisão e desenvolvimento local. Desse modo destacam a dimensão de interligação entre vários setores para que o empoderamento se efetive como estratégia de fato libertadora.

Porque promover *empoderamento*? Sen (2002) nos ajuda a ver que os indivíduos altamente desfavorecidos perdem inclusive a capacidade de desejar mudanças e obter os bens que de fato necessitam. Diante de situação de penúria e escassez passam a resignar-se com o mínimo que conseguem obter e abrir mão de maiores esforços para promover mudança. Daí a importância de ações organizadas e, muitas vezes geradas por outros agentes que se incumbam de incentivar mudanças.

Por outro lado, com Martins *et al* (2011) entendemos que “... a participação não é um conteúdo que se possa transmitir, tampouco uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento, mas uma mentalidade e um comportamento a ser construído pela reflexão crítica e pelo amadurecimento do cidadão” (p.1940). Já Neef (2003) entende empoderamento como conceito ligado a desenvolvimento e coloca como postulado essencial que “desenvolvimento tem a ver com pessoas e não com objetos” (p.1).

Possibilidades e limites do conceito/intervenções baseadas no conceito

Importante tomar em conta aspectos socioculturais que condicionam a adesão do grupo ao processo de mudança como algo valioso para si, de modo que as ações propostas pelos interventores sociais não venham a assumir o caráter de externalidades, que tenham sentido para outros, mas não para o grupo alvo, como vemos em estudo exposto por Meis (2011).

Pereira (2006) destaca o fato de que o empoderamento atua não somente no nível individual permitindo a emancipação, como no nível coletivo promovendo a superação de estados de dependência social e dominação política a que muitos grupos



estão sujeitos. Nesse sentido abarca ações de fortalecimento de grupos sociais tradicionalmente negligenciados e excluídos. As ações de empoderamento têm, em sua maioria, se apoiado em práticas educativas ou também chamadas psicoeducativas. O caráter indutor e normativo da educação para a formação humana não pode ser negligenciado, ele se funda no pressuposto de que o ser humano deve atingir uma condição que ainda não tem desenvolvida, volta-se para o futuro e para o que deveria ser e, portanto é intrinsecamente normativa. No entanto, não sabe precisar que condição de *vir a ser* seria essa, uma vez que se coloca num campo de debates entre forças ora mais objetivistas, ora mais subjetivistas, como asseveram Policarpo-Junior e Rodrigues (2010). Embora admitamos esse caráter normativo, entendemos que as ações de empoderamento devem resultar do esforço conjugado dos grupos envolvidos na sua promoção, e do reconhecimento do sujeito social ativo que pressupõe a noção de cidadania e direito. Assim a questão da norma seria equacionada através de um processo de construção normativa e não somente de sua aplicação.

Valoura (2011) argumenta que, conquanto o termo *empowerment* já existisse na língua inglesa para denotar o ato de *dar poder* a alguém, foi Paulo Freire que introduziu outra lógica indicando que a pessoa ou grupo empoderados passam a ser capazes de realizar mudanças necessárias a seu pleno desenvolvimento e por si próprios. Desse modo desloca a ênfase que repousava sobre o que concede poder, para o que o conquista e desenvolve de modo autônomo.

Carvalho e Gastaldo (2008) apontam como *limites do conceito* para efetivar práticas transformadoras quanto às diferenças de poder: **1)** sua insuficiência para compreender diversas formas de opressão presentes no cotidiano social, em especial pautadas nas diferenças raciais e de gênero; **2)** pouca capacidade de dar respostas adequadas aos sistemas de adestramento do corpo e manutenção do instituído, sustentados pelo discurso científico da boa saúde. Apesar das várias contradições encontradas no campo conceitual e nos limites quanto à instrumentalização do conceito, o autor enfatiza a importância do empoderamento como conceito central para uma proposta de Promoção à Saúde voltada para a busca de valores democráticos e de igualdade (CARVALHO, 2004a; 2004b).



Jurema (2001), discutindo a diferença quanto à participação política entre homens e mulheres em diversos cargos públicos no Brasil, apresenta sugestões e diversas estratégias para empoderar as mulheres, que vão desde a produção de material formativo/informativo sobre a questão, proposição de diversos fóruns de discussão e conscientização das mulheres até a mobilização da sociedade em geral. Também Salazar e Grajales (2004) reconhecem o empoderamento sob forma de participação social como uma dimensão essencial para o processo de avaliação de programas de promoção da saúde. Com isso evidenciam que sem o envolvimento de pessoas e grupos comprometidos com mudanças de hábitos e construção de novas relações de cuidado não há verdadeira promoção da saúde.

Qualquer relação social aparece sempre impregnada pelo poder e pelo conflito que convivem com forças de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Interessa-nos saber, portanto como essas forças interagem de modo a gerar processos que permitem o crescimento e maior liberdade dos sujeitos e dos grupos (WARREN, 2006).

Fatores e enfoques constituintes

Em primoroso trabalho em que investiga diversos sentidos do termo *Empoderamento*, envolvidos nas ações de promoção da saúde e assumidos ao longo das últimas décadas, Carvalho (2004a) distingue inicialmente as seguintes concepções: **1) A concepção Behaviorista de Promoção a Saúde** (anos 70). Em seu principal documento, o relatório Lalonde prevê ações de intervenção sobre comportamentos individuais não saudáveis. Apresenta um modelo de explicação do fenômeno saúde/doença que inter-relaciona quatro grupos: 1.ambiente (natural/social), 2.estilo de vida (individual), 3.biologia (genética e funcional), e 4.organização dos serviços; mas cuja ênfase recai sobre o indivíduo e seu estilo perniciosos de vida; **2) A concepção da Nova Promoção a Saúde** (anos 80). Assumindo uma visão mais socioambiental a Carta de Ottawa vem ampliar o escopo de sua reflexão sobre saúde considerando a justiça social, equidade, educação, saneamento, paz, habitação, renda, estabilidade do ecossistema e sustentabilidade dos recursos naturais como fundamentais para a saúde. Seu discurso envolve Políticas Públicas ambientes sustentáveis, reorientação dos serviços de saúde e fortalecimento de ações comunitárias. É dentro dessa última concepção que aparece o



conceito de empoderamento como estratégia para a busca de maior controle por parte de indivíduos e grupos sobre os determinantes da saúde. Nessa perspectiva é fundamental pensar as condições de vida associadas aos estados de saúde/doença e a ação conjugada de vários atores sociais que contribuem para melhoria da qualidade de vida e dos estados de saúde.

Os múltiplos sentidos que o termo assume na literatura denotam uma dificuldade conceitual e também instrumental. Dentre as várias concepções, Carvalho (2004a) identifica aquelas que se centram no sentido psicológico – controle da própria vida, autoestima, confiança – e aquelas que se centram no sentido de fortalecimento do grupo social enquanto coletivo. Contra a primeira, o empoderamento psicológico, critica denunciando seu aspecto ideológico de acobertamento de políticas neoliberais que se valem dos recursos do indivíduo para responsabiliza-lo por questões que são em essência políticas e macrossociais. Com respeito à segunda, o empoderamento comunitário centrado nos determinantes sociais da saúde, argumenta ser esse mais abrangente e adequado para o entendimento das relações de poder que se estabelecem em diversos níveis, desde os micropoderes relacionais aos macropoderes sociopolíticos. Em suas palavras:

“No processo de ‘empowerment’ comunitário observa-se a presença de fatores situados em distintas esferas da vida social. Estão presentes microfatores encontráveis no plano individual, a exemplo do desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima; na mesoesfera social encontramos estruturas de mediação nas quais os membros de um coletivo compartilham conhecimentos e ampliam sua consciência crítica; ao nível macro de fatores há estruturas sociais como o Estado e a macroeconomia. Este entendimento permite afirmar que o poder convive, a todo o momento e ao mesmo tempo, sob o influxo dos macro e microdeterminantes presentes na vida em sociedade. Não é possível pensar, por exemplo, em processos de empowerment comunitário sem levar em conta as demais instancias de funcionamento da vida em sociedade, entre as quais: a intrapsíquica, a intersubjetiva, a familiar, a comunitária a étnico-cultural” (p.1092). Desse modo o autor entende que o empoderamento associa a possibilidade do desenvolvimento de habilidades dos



indivíduos para participarem da vida social com a necessidade de desenvolvimento do pensamento reflexivo implicado na ação política.

Empoderar é mais do que induzir comportamentos, trata-se de apoiar a reflexão autônoma, a análise da realidade e o desenvolvimento da consciência crítica que permitam a tomada de decisões e intervenções na realidade concreta. É dar voz aos silenciados. É remover obstáculos simbólicos e concretos.

Em outra obra Carvalho e Gastaldo (2008) afirmam que as ações que buscam: **1)** fortalecer a atuação dos indivíduos e dos grupos; **2)** incentivar ações que ofereçam suporte social aos coletivos; **3)** estimular processos de autoajuda; e **4)** implementar práticas de educação em saúde; estão afinadas com a visão da Promoção à Saúde. Nessa perspectiva o conceito de empoderamento se apresenta como núcleo filosófico e principal estratégia. Uma vez que se refere às ações voltadas para o coletivo, admite sua presença em diversos contextos institucionais, tais como: trabalho, escola, casa, associações, etc, tendo em vista a construção de estratégias para o bem viver em sentido amplo.

Essas ações se embasam num ideário crítico social, que reconhece as dimensões de diferença de poder que operam nas relações cotidianas e se baseiam numa busca de maior justiça social e reconhecimento de sujeitos.

Problemas na interface: Desejo de mudança e capacidade integrativa pessoal/social

É preciso também refletir criticamente sobre os limites e barreiras para efetividade das ações voltadas ao empoderamento. Citamos aqui alguns: 1.diferenças de *status* e poder entre profissionais interventores e usuários, alvo das ações, gerando desconfiança; 2.diferentes representações sobre poder e saúde entre os diferentes atores envolvidos na promoção da saúde (usuários, técnicos e rede de serviços) como destacam Lefevre e Lefevre (2004); 3. passividade muito enraizada nos modos de *pensar e fazer* na realidade social cotidiana; 4. ideologia que mascara e naturaliza as diferenças de poder alcunhando os indivíduos de ‘pobre’, ‘ignorantes’, ‘sem vontade de mudar’, etc.; 5.profissionais embasados numa visão hegemônica biomédica que se entendem superiores, alheios à realidade social do grupo alvo, destacando-se da cena investigada,



o que pode se revelar no emprego de determinados termos para definir grupos, *nós* e *eles*.

O Descompasso entre mudança social e mudança emocional e afetiva

Conforme Figueira (1987) defende, referindo-se ao processo de mudança e permanência que ocorre na família, “*O que eu queria demonstrar é que tais processos não são da ordem do indivíduo. A emoção não é da ordem do indivíduo. Ela é codificada socialmente e nesse âmbito o sujeito produz sua variação individual. A emoção é codificada socialmente assim como a formação de identidade*” (p.87). No texto o autor argumenta que as rápidas mudanças sociais que geram modificações “*sociologicamente visíveis*” nesse grupo social, absolutamente não mudam tudo. Permanece algo da ordem do “*sociologicamente invisível*” na afetividade profunda das pessoas e isso tem um tempo e modo diferente para ser alterado. Dessa maneira também entendemos os processos de mudança do ideário ligado ao complexo fenômeno saúde/doença/cuidado em que os processos emocionais estão implicados.

Diante desse processo díspar de mudança entendemos ser necessária uma abordagem educativa que dê conta não somente da dimensão psicológica - cognitiva, do fornecimento de informação e acesso ao campo do conhecimento científico para grupos excluídos; ou da dimensão psicológica - afetiva, do aumento dos sentimentos de confiança e autoestima; mas, e, sobretudo, que promova a construção de sujeitos políticos pela ampliação da consciência crítica e autonomia, pelo estabelecimento de vínculos solidários e respeitosos. Uma construção conjunta e comprometida com o coletivo e com a mudança social.

Carvalho e Gastaldo (2008), no entanto, nos alertam para o perigo que nesse campo conceitual sempre corremos de ter as ações de transformação subsumidas por forças alienantes do poder ligado ao *status quo*, que operam a manutenção das diferenças. Apesar disso, aposta numa visão de sujeito autônomo e crítico, pois para ele, “*Os sujeitos sempre tem a possibilidade de reagir às relações de poder e de alterá-las, refutando a lógica prescritiva e determinista que discursos e práticas dominantes de um dado período histórico tomam como positivas e vantajosas*” (p.2036). Também Becker *et al* (2004) valorizam as ações comunitárias que buscam o empoderamento, embora o resultado das ações sejam difíceis de avaliar.



Eles nos lembram que este trabalho ”*contribui para o surgimento de um tecido social fortalecido pelas interações que promove, evidenciadas pelo caráter dialético e contraditório presente em todas as relações sociais e essencialmente confere ‘poder’ ao sujeito social envolvido*” (p.657).

Guzmán e Albert (2006) partindo de uma análise fundada na Teoria Crítica em filosofia colocam o empoderamento como uma das principais ferramentas para operar a desejada transformação pacífica dos conflitos resultantes de graves desigualdades sociais. Eles argumentam, retomando a etimologia das palavras no latim, que fazer sofrer – *sofferre* – significa fazer com que alguém ou mesmo a terra, viva sua vida terrena abaixo de sua potencialidade, capacidade e competência; perca sua humanidade, se degenere ou desnaturalize, perdendo assim as condições para funcionar naturalmente. Também retomam a origem da palavra “humano” em *humus*, que significa terra, para enfatizar o pertencimento do homem ao meio natural e sua condição terrena e, portanto interdependente e solidária com os demais. Colocam como barreira para o pleno desenvolvimento das pessoas o medo à diferença e alteridade que criam barreiras e incompreensões.

Cotta, Reis, Carvalho, Batista, Castro, Alfenas (2008) nos mostram que os processos de mudança e transformação social e individual estão necessariamente ligados à tomada de consciência das situações de vida dos sujeitos. Afirmam ainda que o empoderamento é um processo que pressupõe um sujeito ativo que se auto transforma, desde que lhe sejam dadas certas condições facilitadoras “... *o empoderamento /libertação não é algo que pode ser feito a alguém por uma outra pessoa. Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e rapidez com que as pessoas e as organizações mudam a si mesmas*” (p.761).

Implicações

Empoderamento como ato educativo pode promover desenvolvimento pessoal, organização e fortalecimento grupal. Trata-se de um conceito no qual as dimensões individuais e grupais aparecem indissociadas, como explica Schiavo e Moreira (*apud* VALOURA, 2011 s/p): “*Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua*



condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A essas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos esse é um referencial teórico pleno de possibilidades de aplicação, mas também de contradições e dificuldades desde e a partir de sua própria conceituação, dimensões constituintes, aplicação e implicações para a área da promoção de saúde. Pode ser um rico instrumento conceitual para fundamentar atividades libertárias de consolidação democrática e ampliação da consciência política; até atividades que partem de uma relação linear e hierarquizada em que os grupos socialmente desfavorecidos recebem benefícios em forma simbólica de poder numa relação autoritária que apenas faz perpetuar as diferenças.

O que põe em evidência o abandono ou inexistências de políticas públicas para promoção do exercício consciente, participativo e interventivo da cidadania o que se configura pela estagnação e em grande medida retrocesso nos níveis de participação cidadã, solidariedade, compromisso com o desenvolvimento social, econômico e político da sociedade onde se insere, por parte dos habitantes do Brasil em sentido amplo.

O que demonstra a ineficiência do sistema educacional em sentido amplo, para cumprir seu objetivo constitucional e legal de formar os estudantes em todas as esferas para o exercício consciente, participativo e interventivo da cidadania. Eis um desafio!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, G.R.B.; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: Conectando solidariedade e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 7(4):925-934, 2002.
- BECKER, D.; EDMUNDO, K.; NUNES, N.R.; BONATTO, D.; SOUZA, R. Empowerment e avaliação participativa em um programa de



desenvolvimento local e promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3):655-667, 2004.

- CARVALHO, J.M. **A Cidadania no Brasil**. Segunda edição. RJ. Ed. Civilização Brasileira. 2002.
- CARVALHO, S.R Os múltiplos sentidos da categoria “*empowerment*” no projeto de Promoção à Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(4):1088-1095, jul-ago, 2004a.
- CARVALHO, S.R As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e mudança social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3):669-678, 2004b.
- CARVALHO, S.R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento : uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & Saúde Coletiva**, 13(Sup 2):2029-2040, 2008.
- COTTA, R.M.M.; REIS, R.S.; CARVALHO, A.L.; BATISTA, K.C.S.; CASTRO, F.A.F.; ALFENAS, R.C.G. Reflexões sobre o conhecimento dos usuários no contexto do Programa Saúde da família: A lacuna entre o saber técnico e o popular. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 18(4): 745-766, 2008.
- FIGUEIRA, S.A. O moderno e o arcaico na nova família brasileira: Notas sobre a dimensão invisível da mudança social. Em FIGUEIRA, A.A. (org). **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, p.11-30, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GUZMÁN, V.M.; ALBERT, S.P. Nuevas formas de resolución de conflictos: transformación, empoderamiento y reconocimiento. **KATÁLYSIS**, v.9, n.1, jan./jun. 2006. Florianópolis, SC, p. 27-37.
- JUREMA, S.B. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. **Estudos feministas**, Ano 9, 2º semestre, 2001, p. 207-212.
- LEFÉVRE, F.; LEFÉVRE, A.M.C. Saúde, empoderamento e triangulação. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.32-38, maio-ago 2004.
- MARTINS, P.C.; COTTA, R.M.M.; MENDES, F.F.; PRIORI, S.E.; FRANCESCHINI, S.C.C.; CAZAL, M.M.; BATISTA, R.S. De quem é o SUS? Sobre as representações sociais dos usuários do Programa Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(3):1933-1942, 2011.
- MEIS, C. Cultura e *empowerment*: promoção à saúde e prevenção da Aids entre prostitutas no Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2011, vol.16, suppl.1, pp. 1437-1444. ISSN 1413-8123.



NEEF, M. Empoderamento de comunidades e desenvolvimento alternativo. **Boletim de Pedagogia Social**, n.17, abril, 2003.

PEREIRA, F.C. O que é empoderamento . **Sapiência**. Junho de 2006, N.08, ano 3 – Informativo Científico da FAPEPI. ISSN 1809 0915.

POLICARPO-JUNIOR, J.; RODRIGUES, M.L.F.M. Princípios orientadores da formação humana: dimensão normativa da educação. **Paideia**, jan/abr. 2010, vol.20, No.45, 95-103.

SALAZAR, L.; CRAJALES, C.D. La evaluación-sistematización: una propuesta metodológica para la evaluación en promoción de la salud. Un estudio de caso en Cali, Colombia. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3):545-555, 2004.

SEN, A.K. Porque a La equidad en salud ¿**Pan American Journal of public health** 2002; 11(5-6): 302-309.

STOTZ, E. N.; ARAÚJO, J.W.G. Promoção da Saúde e Cultura Política: A reconstrução do consenso. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.5-19, maio-ago 2004.

VALOURA, L.C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento , em seu sentido transformador**. Disponível em < http://www.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento .pdf >. Acesso em 18 de agosto de 2011.

VASCONCELLOS. M.; VASCONCELLOS, A.M. Parceria, empoderamento e desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2009.

WARREN, I.S. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

Recebido: 17/7/2020. Aceito: 20/7/2020.

Autoras

Denise Machado Duran Gutierrez, Profa. Dra. UFAM atuando na graduação e pós-graduação.

E-mail: dmdgutie@uol.com.br

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas, Profa. Dra. UFAM atuando na graduação e pós-graduação

E-mail:suelyam@ufam.edu.br